

# Heidegger, Ingold e as (zoo)técnicas: uma discussão a partir da bovinocultura de corte brasileira

CAETANO SORDI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

**DOI:** 10.11606/issn.231-9133v22i22p118-133

**resumo** Este artigo discute os sentidos da zootecnia a partir de um ponto de vista heideggeriano, esboçado pelo autor em “A questão da técnica” [*Die Frage nach der Technik*], de 1953. O artigo articula a discussão sobre a zootecnia com o trabalho de campo etnográfico realizado em eventos públicos da pecuária de corte brasileira ao longo dos anos de 2011-2012. O objetivo da pesquisa fora registrar como o estatuto ontológico dos animais de produção é construído pelos discursos do agronegócio brasileiro. Tomando a obra de Ingold como mediação entre a discussão proposta por Heidegger e o escopo etnográfico original, delinea-se uma reflexão sobre a colocação em “disponibilidade” dos corpos animais através da zootecnia moderna e seus saberes correlatos.

**palavras-chave** Zootecnia; Bovinocultura; Discursos; Antropologia; Crítica Heideggeriana

## Heidegger, Ingold and the (zoo)techniques: a discussion from brazilian beef cattle industry

**abstract** This article discusses the senses of zootechnics from a heideggerian point of view, drawn by the author in the 1953 essay “The question concerning technology” [*Die Frage nach der Technik*]. The article ties the discussion on zootechnics with an ethnographic fieldwork realized in some public events organized by the brazilian livestock sector between 2011 e 2012. The main subject of the rese-

arch was to understand how the ontological status of farm animals is constructed through the discourses of Brazilian agribusiness. Taking the work of Ingold as an intermediate point between Heidegger’s discussion and the original ethnographical path, the article outlines a reflection about the “setting in order” of animal bodies through modern zootechnics and its correlated knowledge.

**keywords** Zootechnics; Livestock; Discourses; Anthropology; Heideggerian Critique

O objetivo deste artigo é estabelecer uma reflexão sobre a zootecnia moderna tomando como base a crítica heideggeriana da técnica, sintetizada na conferência “A questão da técnica” [*Die Frage nach der Technik*], de 1953<sup>1</sup>. O encaixe do pensamento de Heidegger com a zootecnia é proposto a partir do que desenvolve empiricamente no quarto capítulo da minha dissertação de mestrado,<sup>2</sup> isto é, de que maneira o estatuto ontológico dos animais de produção é construído pelos discursos do agronegócio brasileiro, sobretudo no campo da bovinocultura de corte. Estes discursos, como ilustrarei na sequência, são em parte informados pelos saberes oriundos da zootecnia, ciência sistematizada a partir do século XIX que visa aproveitar os recursos dos animais domésticos e potencialmente domesticáveis para fins nutricionais e econômicos (PORCHER, 2011; FRASER, 2012).

A recorrência, neste meio, da ideia segundo a qual os ruminantes seriam como

cadernos de campo, São Paulo, n. 22, p. 1-384, 2013

“máquinas transformadoras de pasto em carne”, pode ser interpretada à luz de algumas considerações de Heidegger sobre a essência [*Wesen*] da técnica moderna desenvolvidas neste breve ensaio de 1953. É na relação que o pensador estabelece entre técnica como experiência de desencobrimento [*Entbergen*] da realidade, por um lado, e sua captura, na Modernidade, por um tipo de apelo ou exigência pela de “disponibilidade” [*Bestand*] de todas as coisas, de outro, que me detenho nesta comunicação.

Atinente à questão metodológica sobre o encaixe de tão abstrata teoria com o caso empírico selecionado, encontro em alguns fragmentos da obra de Ingold (2000, 2007) a articulação possível entre os dois polos visados. Como bem reconhece o antropólogo britânico em diversas passagens dos seus escritos, seu pensamento a respeito da técnica e do “habitar” [*Dwelling*]<sup>3</sup> humano são significativamente influenciados pelo legado de Heidegger, de modo que a aproximação que proponho entre os dois pensadores não é de modo algum gratuita ou eventual. Neste sentido, além do texto de Heidegger sobre a técnica, centro-me sobre o quarto capítulo de *The Perception of the Environment* (2000), possivelmente a obra mais conhecida de Ingold, e o livro *Hunters, Pastoralists and Ranchers* (2007), totalmente dedicado à questão das relações humano-animais.

Primeiramente, procederei à exposição do objeto empírico e das circunstâncias de pesquisa que o condicionaram. Logo depois, à interpretação de seu escopo antropológico, a partir das referências de Ingold. Por fim, à interpretação de seu escopo filosófico, a partir das referências de Heidegger. O movimento será, portanto, do mais particular ao mais abstrato, de modo a coligir, gradual e controladamente, as três dimensões da argumentação.

## Animais de Produção como “Máquinas de Quatro Estômagos”

Entre 2011 e 2012, realizei trabalho de campo em feiras agropecuárias de importância nacional a fim de reconstituir os discursos engendrados pelos agentes do sistema-carne nacional a respeito dos animais que lhe servem de matéria prima (os bovinos) e do produto que oferecem no mercado (a carne). O objetivo da investigação foi rastrear os fluxos discursivos (COMAROFF e COMAROFF, 2003) dos quais é composta a paisagem fenomenal (COMAROFF e COMAROFF, 2003) das contemporâneas “Guerras da Carne”, isto é, conflitos discursivos, travados na esfera pública, *online* e *offline*, que tem como objeto referencial a carne, sobretudo a bovina, no contexto brasileiro contemporâneo.

O evento agropecuário ao qual mais dediquei atenção foi a chamada FEICORTE, Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne, que acontece anualmente nos pavilhões do Parque de Exposições Imigrantes, em São Paulo (SP)<sup>4</sup>. Trata-se de um megaevento empresarial destinado a servir como uma espécie de “vitrine” do sistema-carne brasileiro, sobretudo num momento histórico em que a exportação de *commodities* agropecuárias toma a dianteira da inserção brasileira no mercado internacional. Durante os cinco dias da feira, os mais distintos agentes das cadeias sociotécnicas que compõem o complexo bovinocultor afluem ao parque, de modo que se trata de um importante nó de rede para o “agro”<sup>5</sup> nacional. Além das exposições, leilões e concursos envolvendo os animais, também ocorre na FEICORTE aquilo que poderíamos chamar de um “trabalho ideológico” do sistema-carne brasileiro, isto é, a busca por certa unificação discursiva e retórica em relação a uma série de assuntos controversos: a relação do setor com o Estado, os

embargos estrangeiros à carne brasileira; como resistir àqueles que, pelos animais ou pela saúde, criticam o consumo e a produção do produto; entre outros.

O palco deste trabalho ideológico é um setor da feira denominado Espaço Carne, no qual se realizam palestras, conferências e *workshops*. Em 2011, o Espaço Carne foi abrilhantado com uma iniciativa denominada Caminho do Boi, em que o visitante era convidado a percorrer, de maneira simulada, o trajeto que conduz o animal até o seu abate<sup>6</sup>. Tratava-se de uma exposição didática dos mais modernos métodos de bem-estar e “manejo racional” dos animais da pecuária de corte, de modo a disseminar a ideia entre os produtores. Ademais, salientava-se que, para além da agregação de um valor ético ao seu produto, o “manejo racional” também servia como uma poderosa maneira de preservação da integridade e da qualidade da carcaça, na medida em que se minimizavam os riscos de hematomas e descargas de adrenalina no sangue do animal. Embora visasse conscientizar os visitantes de que o manejo racional operava a síntese entre produção de carne e respeito ético, a iniciativa também visava conscientizar o produtor de que aquilo era bom para o seu bolso, ao manter a carcaça dos bovinos macia e intacta. Ao longo do trajeto, estavam afixados *banners* que informavam, em termos de toneladas, a quantidade de carcaças que eram desperdiçadas todos os anos devido à má organização do manejo *ante mortem*.

Também nesta edição da feira, assisti a uma palestra, denominada “Pecuária Brasileira: desvendando mitos”, na qual um dos participantes proferiu um juízo bastante veemente sobre ser necessário valorizar “este animal de quatro estômagos que opera o milagre de transformar pasto cru em alimento”, isto é, o ruminante. A princípio, pensei que se tratava de uma maneira deveras idiossincrática de qualificar um bo-

vino, talvez algo próprio daquela personagem em específico. No entanto, logo reparei que os discursos do sistema-carne e da literatura zootécnica que lhe serve de suporte estão repletos de paráfrases deste juízo particular, isto é, enunciados segundo os quais os bovinos seriam como máquinas transformadoras de matérias, a princípio, não-alimentares, em substâncias alimentares (carne, leite etc.) ou economicamente aproveitáveis (couro, chifres etc.). Em outro evento realizado na mesma feira, em 2012, ouvi uma variante muito particular da afirmação, segundo a qual a quadratura manejo-nutrição-sanidade-genética seria a “interação fundamental para a *máquina* funcionar bem”. E um pouco antes deste evento, numa outra palestra que assisti na mesma feira, a ideia da *máquina* já havia sido evocada: a máquina de quatro estômagos que transforma matéria seca em carne de primeira qualidade.

Não é de hoje que se ressalta a analogia entre animais e máquinas no contexto pecuário (MITCHELL, 2006, 2011; PORCHER, 2011). Muitas vezes, sob a forma de denúncia, como no caso do discurso dos direitos animais (SINGER, 2010). Assim, o que me chamou particularmente atenção foi o caráter transformativo da máquina, ou seja, o tipo de operação ao qual seu efeito maquinico era referido. No centro de tal operação, o que se vislumbrava era o rúmen, centro desta máquina descrita por muitos no setor agropecuário como milagrosa.

Um exemplo. Segundo um manual zootécnico (PERRY, 1980, p. 3), “a forma mais abundante de energia renovável neste mundo é fibra e celulose. Infelizmente, o homem não é capaz de utilizar celulose. Felizmente, animais ruminantes são aptos a utilizá-la”. Isto se daria pelo fato de que

Ruminantes são encontrados em quase todo ambiente onde plantas transformam energia solar

em formas químicas. Esta aptidão é a manifestação do processo evolucionário que os proveu de um aparato alimentar capaz de liberar, de forma aproveitável, a energia química desde os carboidratos estruturais das plantas. Nenhuma enzima degradativa dos mamíferos é capaz de “quebrar” esta cadeia. É interessante notar que a maior diferença entre amidos, que podem ser digeridos por animais monogástricos, e celulose, que não pode, é a configuração espacial da (1,4-)cadeia glucosídica. (...) Esta súbita diferença perpetrada pela Mãe Natureza é um dos maiores efeitos que conduziu ao desenvolvimento do animal ruminante. Ruminantes e herbívoros adquiriram assim populações microbianas simbióticas, as quais os provêm com as enzimas degenerativas requeridas (PERRY, 1980, p. 3).

Por fim, o manual defende que “por causa destas relações simbióticas entre o animal ruminante e os microorganismos de seu rúmen, estas espécies possuem um grande valor para o homem” (idem). De fato, dos chamados *big five*, isto é, das cinco principais espécies domesticadas pelas sociedades humanas com fins alimentares e econômicos (WILKIE, 2010), três são ruminantes: bovinos, caprinos e ovinos. As duas outras (galináceos e suínos) são monogástricas.

Pesquisadores da domesticação corroboram esta ênfase na ruminância ao destacarem a importância da mesma para o surgimento de duradouros sistemas pastoris envolvendo estes animais. Em lugares tão díspares como a estepe eurásiana (INGOLD, 2007), o Oriente Médio (HAUDRICOURT, 1962; DESCOLA, 2005), a pampa sul-americana (CROSBY, 2011) ou a África nilota (EVANS-PRITCHARD, 2008), seres humanos têm se valido historicamente das propriedades transformativas dos ruminantes para obter os víveres necessários à sua subsistência. Em maior ou menor grau de colaboração com a agricultura, produtos oriundos das es-

pécies ruminantes (lã, couro, carne, leite, ossos etc.) têm exercido desde tempos milenares um importante papel na reprodução material de várias sociedades ao redor da Terra (MAZOYER e ROUDART, 2010). Igualmente, muitos destes animais são empregados desde tempos imemoriais como tração pelas sociedades pastoris, movendo carros, moinhos ou simplesmente servindo como montaria. Também é importante lembrar o papel exercido pelos ruminantes do velho mundo na fixação das populações eurásianas na América, na Oceania e em outras partes do mundo colonizado, servindo como verdadeira vanguarda biótica do “imperialismo ecológico” (CROSBY, 2011; BARETTA e MARKOFF, 1978) a partir do século XV. Sabe-se o quanto a introdução destas novas espécies de ruminantes alterou profundamente os ecossistemas e suas regulações socioecológicas locais, produzindo alto impacto no modo de vida das populações nativas.

Em jogo, para Ingold (2007), o que se desvela nestas dinâmicas é uma certa produtividade *econômica* calcada na apropriação de um uma produtividade *ecológica*. Por produtividade *econômica*, o autor compreende o emprego de trabalho humano (como o dos pastores e pecuaristas) na produção de objetos para o consumo. Por produtividade *ecológica*, por sua vez, a criação de matéria orgânica na natureza, através da radiação solar (fotossíntese). Torna-se muito claro, com isso, o porquê de tamanho entusiasmo com as capacidades transformativas dos animais ruminantes: de uma substância inassimilável pelo nosso organismo, porém abundante (fibra de celulose), derivam-se múltiplas substâncias alimentares e economicamente apropriáveis. O que ainda não está claro, contudo, é de onde advém a leitura destes animais como *máquinas* transformativas. Em outras palavras, se tanto os nuer do Sudão quanto os pecuaristas da FEL-

CORTE vivem dos milagres da ruminância – isto é, de uma apropriação econômica de uma produtividade ecológica – porque no “idioma bovino” (EVANS-PRITCHARD, 2008) dos primeiros a ideia do animal como “máquina” não se faz presente?

### **Da confiança à dominação, da dominação à reificação**

No quarto capítulo de *The Perception of the Environment*, Ingold (2000) esboça um modelo de interpretação da história das relações entre humanos e animais a partir de uma diferenciação entre modos de engajamento [*modes of engagement*] distintos com a alteridade animal. O modelo, evidentemente, não está livre de críticas, na medida em que se refere, em grande medida às condições de vida e relações com o mundo natural dos povos da franja ártica, com os quais o autor possui familiaridade<sup>7</sup>. Do ponto de vista de um tipo-puro weberiano, contudo, o esquema pode ser interessante para se refletir sobre as questões anteriormente elencadas.

De acordo com Ingold, a relação dos povos caçadores-coletores com os animais de seu mundo circundante se fundaria numa relação de confiança [*trust*], baseada em uma simetria social e ontológica entre os coletivos humanos e animais. A caça, neste sentido, seria uma espécie de relação social mediada pelo paradigma da dádiva, em que a captura de um indivíduo do grupo animal pelo grupo humano seria retribuída de alguma forma pelo grupo humano ao grupo animal. Sendo uma relação social entre parceiros simétricos, os instrumentos envolvidos na caça seriam mais como instrumentos de conhecimento (no sentido intersubjetivo do termo, “conhecer alguém”) do que como instrumentos de manipulação e controle técnicos,

de modo que o tipo causalidade implícito neles seria de ordem *pessoal*, e não *mecânica*. Os instrumentos do caçador-coletor, portanto, seriam instrumentos de *revelação* da alteridade animal. O que se abriria em seu emprego seria antes um “quem”, dotado de subjetividade, do que um “o quê”, aberto à imoderada disponibilidade.

Já nas sociedades classificadas como pastoralistas, a relação seria totalmente diferente. O engajamento já não seria mais mediado pela confiança, mas sim pela dominação [*domination*], cuja evidência seria atestada pela natureza mesma dos instrumentos empregados na lida com os animais: chicote, jugo, espora etc. Estes não seriam mais instrumentos de *revelação*, mas sim de *dominação*, pelos quais o humano demarca sua assimetria em relação ao animal simultaneamente como seu protetor e seu algoz. Sob o engajamento pastoril, os animais deixariam de se constituir como um coletivo à parte da comunidade humana para se tornarem uma parte dela – a parte subordinada.

Contudo – e isto é muito importante –, mesmo no pastoralismo a causalidade permaneceria sendo do tipo *pessoal*, pois “o uso da força é predicado sobre a assunção que o escravo<sup>8</sup> é um ser dotado da capacidade de agir e sofrer, e, neste sentido, uma pessoa” (INGOLD, 2000, p. 73). Desta maneira, somente com o advento da pecuária *industrial*, argumenta Ingold, que os animais teriam sido “reduzidos, na prática e não só na teoria, aos meros ‘objetos’ que os teóricos da tradição ocidental sempre os supuseram ser” (INGOLD, 2000, p. 75). Em outras palavras, o que o autor defende é que a apropriação maquínica dos animais como mero recurso (ou, nos termos com que Marx os descreve, “instrumentos de trabalho”), seria mais uma novidade propriamente moderna do que um traço constitutivo e universal das relações humano-animais.

Em *Hunters, Pastoralists and Ranchers* (2007), o autor propõe um modelo ligeiramente diferente, referido de maneira ainda mais explícita às mudanças ocorridas nas relações dos povos da franja ártica com seus animais. O movimento que vai da simetria à assimetria, da subjetivação à objetivação dos animais, permanece o mesmo. Contudo, a principal oposição estabelecida por Ingold neste segundo modelo é aquela entre regimes de interação humano-animal motivados pela subsistência e regimes de interação humano-animal motivados pela interveniência do mercado como dispositivo demandante de matérias primas e produtos animais. No primeiro campo – o da subsistência, orientado para a partilha [*share*] dos produtos ou à proteção [*protection*] dos animais – se situariam a caça [*hunting*] e o pastoralismo [*pastoralism*] tradicional. Já no segundo campo, o do mercado, se situaria a pecuária [*ranching*], articulada a uma rede de trocas sistêmicas e monetárias exteriores ao grupo social.

Ora, com a interveniência do mercado sobre o regime criatório, expor-se-ia a dimensão da acumulação [*accumulation*] em detrimento da subsistência. E o que acaba sendo exacerbando, neste sentido, é o *gado como unidade e reserva de valor*. Vários autores destacam, no entanto, que o paralelo entre gado e valor não é uma novidade moderna. Serres (2003), por exemplo, relembra que a troca de gado precedeu a moeda, o que é atestado pela proximidade etimológica entre *pecus* e *pecunia*. Benveniste (1995), de maneira ainda mais precisa, traça diversos comentários ao radical indo-europeu *peku-*, que remeteria ao “conjunto da propriedade privada móvel”, tanto de homens quanto de animais, donde a relação etimológica sublinhada por Serres. Da mesma forma, o autor relembra que o termo inglês *cattle*, remonta ao latim *capitale*, o “bem principal” (BENVENISTE, 1995, p. 57). Não precisamos recordar, igualmente, das

passagens de Evans-Pritchard (2008) a respeito do valor do gado para os nuer, principalmente na questão das trocas matrimoniais. Sahlins, por fim, afirma que a relação entre a sociedade norte-americana e a carne bovina “deve remontar à identificação indo-europeia do gado ou da riqueza multiplicável com a virilidade” (SAHLINS, 2007, p. 185).

De fato, a figura do rebanho se presta a esta identificação. Ele é *homogêneo*: um indivíduo é potencialmente substituível por qualquer outro. Ele é *produtivo*: cada indivíduo pode fornecer mil e um produtos derivados, como leite, carne, chifre e ossos. Cada um destes produtos é gerador não só de valor de *uso*, mas também de valor de *troca*. Como o dinheiro, ele é um “objeto que atrai outros objetos” (FAUSTO, 2001). Como unidade de troca nas relações matrimoniais, em sociedades que assim o empregam, ele também é uma dádiva que produz afins, produz parentesco, e mesmo novas pessoas, sob os regimes de aliança e filiação. Por fim, o gado é *reprodutivo*: cada indivíduo pode produzir novos indivíduos, que também serão *homogêneos*, *produtivos* e *reprodutivos*. Nos termos de Alain Badiou (2009), poderíamos classificar o gado como aquilo que se submete à conta.

Em suma, trata-se de pensar que talvez não seja o gado que se transforma em mercadoria e unidade de valor *por causa* da Modernidade, mas sim que a solidariedade oculta que sempre existiu entre a ontologia do gado e a ontologia do valor *ganha novos contornos* na Modernidade, a qual, através da industrialização (e a incidência da industrialização sobre os corpos dos animais se chama, para todos os efeitos, “zootecnia”), apenas radicalizou e conferiu contornos cada vez mais dramáticos para algo que sempre esteve latente na relação dos grupos humanos com os grandes herbívoros que vivem em rebanhos: sua quase inexorável identificação com a riqueza multiplicável, com a possibilidade de acumulação.

A pergunta que se impõe agora é: de que maneira os animais do agronegócio brasileiro se abrem ao discurso como fonte de acumulação e multiplicação da riqueza? A resposta é multi-forme. Em paralelo à carne e ao leite, há outras atividades econômicas envolvendo bovinos que se fazem presentes na sociedade contemporânea, na medida em que, “além de laboratórios nutritivos onde são processadas nossas substâncias vitais” – maneira como os descreve Augusto Comte, resgatada por Lévi-Strauss (2009, p. 213) –, estes animais também permanecem sendo unidades de troca e reserva de valor por outras potencialidades de apropriação econômica de sua produção ecológica.

Sob esta perspectiva, enquadram-se mercados como o da reprodução de gado de elite, enfocado por Leal (2011). Segundo a autora, o gado de elite se conforma como um setor muito particular da economia pecuária, na medida em que seus espécimes não são criados para o abate. Ao contrário, comportam-se como verdadeiras reservas de valor genético e genealógico, reserva esta que é comercializada, muitas vezes, como ativo financeiro. Individuados e subtraídos do mercado comum do boi gordo, touros “de genética” e “de genealogia” são como emblemas garantidores do valor de toda uma raça, à maneira – se me for permitida a aproximação – do lastro em outro que outra garantia o valor do dinheiro em circulação. Neste mercado, a substância visada como objeto ideal da produção (MARX, 2011) dos animais não é propriamente a sua carne, mas sim o seu sêmen, substância destinada a perpetuar materialmente a mística de sua genealogia.

No mercado de boi gordo, evidentemente, o objeto ideal da produção é a carne. Ou melhor, a carcaça. De acordo com a palestra de um veterinário na FEICORTE de 2012, “o segredo da boa carcaça” seria a combinação ótima de genética, bom manejo, nutrição e sanidade.

Tanto faz se através do pasto livre ou do confinamento, a conta que interessaria de conversão biológica “é o quanto de matéria seca tem de ser consumida para produzir tantas arrobas no gancho”. Haveria até mesmo um *software* para medir todo este processo. Para ilustrar a indiferença do produto final em relação ao *input* inicial, o palestrante contou com auxílio de uma projeção em *data show* na qual eram mostrados dois *inputs* iniciais diferentes (pasto e confinamento), um só produto intermediário (uma carcaça) e um único *output* final (um bife).

Como argumentam alguns autores (WILKIE, 2010; INGOLD, 2007; FRASER, 2012), é apenas tardiamente na história da domesticação de animais que rebanhos passaram a ser criados visando primeira e exclusivamente carne. Há registros etnográficos e históricos de que povos pastores tradicionais muito excepcionalmente consomem a carne dos seus grandes herbívoros, ainda que, quando o façam, o façam com alegre disposição e muito bom-grado (INGOLD, 2007; EVANS-PRITCHARD, 2008). Em linhas gerais, os animais são apropriados economicamente nestas sociedades tendo em vista primeiramente seus subprodutos, sua força de trabalho como tração e transporte e, muito recorrentemente, como unidade de valor e troca (em contratos matrimoniais, por exemplo). O consumo carnívoro acaba ocorrendo no caso de morte acidental das reses, em tempos de condições econômicas adversas ou devido a ofícios sacrificiais.

Mesmo em sociedades cujo criatório bovino se desenvolveu, desde seu início, em articulação aos mercados capitalistas – como é o caso de todo o continente americano, de norte a sul – não é desde sempre que as reses foram vistas como máquinas produtoras de carne. Fraser (2012) e Wilkie (2010) ressaltam a importância do desenvolvimento das tecnologias de refrigeração para o surgimento global de uma indústria da carne, bem

como para a consolidação deste produto como *commodity* no mercado internacional. É graças à indústria frigorífica e a montagem de grandes parques industriais destinados à desmontagem de carcaças que a carne pôde estar presente, fresca e constante, mesmo em locais muito distantes dos polos produtores, alterando para sempre o perfil tanto do consumo quanto da produção de carne.

No meio agropecuário, se percebe a centralidade da carcaça por todos os lados. De certa maneira, um evento como a FEICORTE é um momento social em que fornecedores de carcaças e compradores da mesma se encontram e celebram sua parceria, que nem sempre é amigável. Se a quadratura “genética-sanidade-manejo-nutrição” é o segredo para a produção de uma boa carcaça, percebe-se, pelo primeiro termo do conjunto, a genética, que os próprios animais têm sido produzidos ab ovo tendo em vista sua carcaça e suas capacidades de produzir carne. Não existe uma vaca ou um boi predados “lá fora”, para que se consuma sua carne. Ao contrário, desde seu nascimento, suas carcaças já aparecem como objetos ideais da produção, modulados pelas necessidades do consumo carnívoro. Como nos diz Marx nos *Grundrisse*,

O consumo cria o estímulo da produção; cria também o objeto que funciona na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo põe idealmente o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e finalidade (MARX, 2011, p. 46-47).

Com a emergência da questão do bem-estar na produção de carne, abriu-se espaço para que a categoria do manejo racional pudesse ser mobilizada em prol do próprio sistema produtivo, visando ao mesmo tempo uma imagem

pública positiva para o setor e a preservação da integridade das carcaças. Sob este aspecto, a adoção de práticas “racionais”, “humanitárias” ou “inteligentes” de manejo *ante mortem* têm como objetivo, para além do bem-estar animal, a minimização de perdas econômicas potenciais para o pecuarista, altamente dependente da avaliação que os demais agentes da rede sociotécnica da carne fazem da carcaça que ele, o produtor, lhes envia. O informativo *Manejo*, produzido pela mesma empresa que organiza o “Caminho do Boi”, anteriormente descrito, assim defende:

Em termos práticos significa dizer que em 1/3 das vezes o boi como embalagem da carne é mal aproveitado. E este ponto é determinante para a produtividade do rebanho @/ha/ano, rendimento de carcaça no gancho pago ao produtor e pelos baixos rendimentos que impactam diretamente na sua renda bruta. Também perde a indústria por não maximizar sua produtividade com qualidade de matéria-prima (Manejo, jun-jul. 2010).

Através da figura do boi como “embalagem da carne”, nos deparamos com a ideia de que o boi é a sua carcaça em desenvolvimento:

(...) quando é avaliado o perfil das carcaças ao abate, observa-se um grande número de carcaças com acabamento escasso ou ausente e uma frequência muito pequena de carcaças de alto padrão de qualidade (Manejo, jul-ago-set. 2011).

Também na literatura zootécnica, a carcaça toma ares de produto aprimorável, que comporta “graus de perfeição” dependendo daquilo que seu portador – o animal – incorpora a si:

A limitação do nível alimentar durante a fase final de produção bovina contribui para limitar a deposição de gordura. Entretanto, a vantagem

da restrição alimentar é questionável em função do maior tempo de terminação até atingir-se determinado grau de acabamento (BERGE, 2001 *apud* FEIJÓ *et al.*, 2001, p. 1016).

Levada ao seu extremo, esta perspectiva pode ser compreendida como a própria dissolução do animal como um *ente* e sua transfiguração em um *processo*: o processo de transformação de matéria seca em carne. Voltando a Ingold (2000), percebe-se que o tipo de causalidade pensada para os instrumentos de trabalho da pecuária é uma causalidade *mecânica*: o que é preciso fazer para que tantas arrobas de carne sejam produzidas em tanto tempo? A subjetividade dos animais – que, como nos relembra Porcher, “são vivos, sensíveis, afetivos, comunicativos, podem ficar doentes, resistir ao trabalho, criar vínculos com os trabalhadores” (PORCHER, 2011, p. 121) – torna-se fator a mais da produção a ser adicionado à conta, a ser administrado, demandando tecnologias que deem conta deste aspecto. A tradução dos comportamentos animais em índices quantitativos e físico-químicos, como a quantidade de cortisol no sangue, auxilia na objetivação destes procedimentos.

A partir deste ponto, torna-se possível pensar de que maneira a crítica de Heidegger à técnica moderna pode ser empregada no contexto de uma reflexão sobre os significados da zootecnia. É o que realizo a seguir.

### **A disponibilidade universal: da questão da técnica à zootecnia**

De acordo com Heidegger, pensar filosoficamente a essência [*Wesen*] da técnica significa, em primeiro lugar, abandonar qualquer determinação instrumental da mesma, isto é, a maneira com a qual ela é compreendida em nossa linguagem corrente. Por determinação instrumental

da técnica, o filósofo compreende a concepção segundo a qual tudo dependeria “de se manipular a técnica, enquanto meio e instrumento, da maneira devida” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 12), pelo que se subentende uma pretensão de dominá-la. A pretensão de dominar a técnica, contudo, se aplica somente a um contexto no qual ela ameaça “escapar ao controle do homem” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 12), de alguma forma. Heidegger reconhece, com justeza, que esta é uma preocupação *moderna*. Desta maneira, o autor comenta que o que nos leva a questionar a técnica não é a técnica em si, mas justamente a “técnica moderna, caracterizada pela máquina e aparelhagens” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 18). Posto isto, passa a investigar o que seria a técnica moderna, e o que lhe diferenciaria da técnica tradicional.

Para Heidegger, qualquer técnica, moderna ou tradicional, não é um simples meio, mas sim “uma forma de desencobrimento” [*Entbergen*] (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 17). Neste sentido, o autor recorre à sua interpretação bastante *sui generis* do conceito helênico de verdade, desenvolvida em escritos anteriores, como *Ser e Tempo e Sobre a Essência da Verdade* (HEIDEGGER, [1927]2006, [1943]2002). Segundo sua interpretação, a experiência grega da verdade, subsumida sob o conceito de *aletheia*, é de natureza diferente da concepção tomista da verdade como correspondência entre enunciado e fato. Ao contrário, a verdade como *aletheia* é a verdade como desencobrimento [*Entbergen*] do ser, isto é, como o vir à tona do que existe, o deixar algo viger, também referido pelos gregos com o termo *poiseis* – produção [*her-vor-bringen*]. Para Heidegger, a técnica se inscreve no interior da *poiseis* porque a experiência que ela instaura é a experiência de uma produção: “é, portanto, algo poético” (*idem*, p. 17). Pensando nos exemplos anteriormente citados, percebe-se de que maneira os instrumentos de caça

nas sociedades tradicionais são descritos por Ingold (2000) de maneira afim a Heidegger: são instrumentos de *revelação* da alteridade real do outro, instrumentos “poiéticos” que fazem (e deixam) viger o real desta alteridade. Como na experiência heideggeriana da *aletheia*, é uma experiência de abertura para a verdade do outro que se oferece ao çaar.

Pois bem. Mas em que sentido a técnica moderna se distinguiria da técnica tradicional? Por que a técnica moderna nos aparece como problemática, demandando o exame da sua essência? Segundo Heidegger, a técnica moderna também é um desencobrimento. Mas o desencobrimento dominante na técnica moderna “não se desenvolve, porém, numa produção, no sentido de *poiesis*” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 18), mas sim num sentido de exploração, de desafio [*Herausforderung*], que “impõe à natureza a pretensão de fornecer energia, capaz de, como tal, ser beneficiada e armazenada” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 19). Este aspecto é sobremaneira importante: estoque e beneficiamento energético. De acordo com o filósofo, “o moinho de vento não extrai energia das correntes de ar para armazená-la” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 19), mas a usina hidrelétrica instalada no Reno o faz em relação às correntes fluviais. Heidegger compreende esta exploração sob o signo da disposição [*Das Stellen*], isto é, de um “pôr” [*stellen*] em disponibilidade, em efetividade, existência [*Bestand*]:

Não se dis-põe [*gestellt*] do carvão processado na bacia do Ruhr apenas para torná-lo disponível [*vorhanden*] em algum lugar. O carvão fica estocado no sentido de ficar a postos para se dis-por [*für die Bestellung*] da energia solar nele armazenada. Explora-se, a seguir, o calor, para fornecer a temperatura que, por sua vez, se dis-põe [*die bestellt ist*] a fornecer o vapor, cuja pressão movimenta os mecanismos que mantêm uma fábrica em movimento (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 19).

O que subjaz à argumentação de Heidegger é a constatação, dentre outras coisas, de que a racionalidade da técnica moderna é uma racionalidade *energética*, isto é, que visa extrair e armazenar a energia contida na alteridade natural sob a forma de uma disponibilidade universal. De preferência “com o máximo de rendimento possível com o mínimo de gasto” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 19). Ora, é forçoso reconhecer que tal imperativo coaduna-se perfeitamente com a justificação zootécnica da apropriação econômica da ruminância, exposta anteriormente.

Tendo em vista a produção de carcaças, os saberes zootécnicos aplicados no sistema-carne podem ser compreendidos, neste sentido, como dispositivos destinados a tornar “disponíveis” os corpos dos animais. O que ocorre, no entanto, é que nesta relação de exploração, a própria situação de precedência entre dispositivo, de um lado, e o que é disposto, por outro, corre o risco de ser invertida. É o que Heidegger procura ilustrar a partir do caso do Reno, tendo em vista a instalação da usina hidrelétrica:

Nesta sucessão integrada de dis-posições de energia elétrica, o próprio rio Reno aparece como um dis-positivo [*als etwas bestelltes*]. A usina hidrelétrica não está instalada no Reno, como a velha ponte de madeira que, durante séculos, ligava uma margem à outra. A situação se inverteu. *Agora é o rio que está instalado na usina.* (...) O Reno continua, de fato, sendo o rio da paisagem. Pode ser. Mas de que maneira? – À maneira de um objeto dis-posto à visitaçao turística por uma agência de viagens, por sua vez, dis-posta por uma indústria de férias (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 20) [grifo meu].

No caso dos animais de produção, a relação é a seguinte: é a carcaça que existe em função do boi ou é o boi que existe em função da carcaça?

(Há de se pensar, inclusive, se a própria “tradicionalidade” de alguns métodos produtivos alternativos, que hoje se apresentam como excelente oportunidade de mercado no ramo do anticonsumo – do consumo natural ou “verde” –, não seria também uma forma outra de “disponibilidade”, tal como captura do Reno “tradicional” pela indústria de férias...). Em suma, percebe-se aí o possível sentido filosófico mais amplo da asserção de Ingold segundo a qual somente com o advento da pecuária industrial os animais teriam sido “reduzidos, na prática e não só na teoria, aos meros ‘objetos’ que os teóricos da tradição ocidental sempre os supuseram ser” (INGOLD, 2000, p. 75). Em um sentido heideggeriano, esta reificação dos animais se relaciona com o próprio modo de descobrimento que domina a técnica moderna, que, segundo o filósofo, “se dá e acontece um múltiplo movimento” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 20):

A energia escondida na natureza é extraída, o extraído vê-se transformado, o transformado, estocado, distribuído, o distribuído, reprocessado. Extrair, transformar, estocar, distribuir e reprocessar são todos modos de descobrimento. Todavia, este descobrimento não se dá simplesmente. Tampouco, perde-se no indeterminado. Pelo controle, o descobrimento abre para si mesmo suas próprias pistas, entrelaçadas numa trança múltipla e diversa. Por toda parte, assegura-se o controle. Pois controle e segurança constituem até as marcas fundamentais do descobrimento explorador (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 20).

É importante ressaltar esta passagem: o descobrimento inerente à técnica não se dá simplesmente. Ou seja, é necessário, a todo instante, controlar e ter segurança sobre o processo para que a disponibilidade tenha lugar. Neste sentido, urge introduzir o conceito de *Gestell*, que, na tradução que nos serve de referência, é

vertida como “com-posição”. Heidegger chama de *Gestell* ao “apelo [*Anspruch*] de exploração que reúne o homem a dis-por o que se des-en-cobre como dis-ponibilidade” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 23). Situando a *Gestell* no âmbito do apelo, do *Anspruch*, que em português também pode ser traduzido como “reivindicação”, Heidegger afirma uma coisa interessante: mais do que algo que simplesmente acontece, a dis-posição [*Bestellen*] universal das coisas é algo que nos *chama*, algo que nos *incita*. Poderíamos dizer, portanto, que é algo de natureza ideológica: é um chamado à ação, que pode ser atualizado ou não. A possibilidade deste “ou não”, deste desvio, é o que exige o controle, o que reivindica [*anspricht*] o imperativo de segurança.

Desta forma, se recorrermos à tradução de Agamben (2011) do conceito de *Gestell* como “ordenabilidade de tudo que existe” (pois o correlato latino de *Gestell* seria justamente *dispositio*, a ordenação) veremos que, acima de tudo, o que vige neste contexto é uma relação de poder *governamental*. Na linha foucaultiana com a qual Agamben trabalha – linha esta, aliás, muito influenciada pelo pensamento de Heidegger – o governo (ou a governamentalidade) pode ser compreendido(a) como a administração de coisas e pessoas, o que não se diferencia muito da ideia heideggeriana de uma disponibilidade universal. Para Agamben, “o termo dispositivo nomeia aquilo do qual e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo”, isto é, “qualquer mecanismo que seja capaz de governar a vida” (AGAMBEN *apud* CASTRO, 2012, p. 164). Poderíamos completar: e também as vidas animais<sup>9</sup>.

Para Heidegger, é este apelo, esta reivindicação, o que responde à questão sobre a essência da técnica moderna. Assim sendo, “a teoria da natureza, proposta pela física moderna [a natureza como um sistema de forças, como reservatório último de energia], não preparou o caminho

para a técnica, mas para a essência da técnica moderna” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 25). Em outras palavras, o discurso científico, no qual a técnica se apoia, não se confunde imediatamente com a disponibilidade de tudo, mas prepara a condições de emergência para o *apelo*. É exatamente por isso, me parece, que Jocelyne Porcher visa analisar as relações concretas entre discurso zootécnico e práticas de criação animal desde o ponto de vista de um campo de múltiplos possíveis, mas pressionado por uma ideologia – a *ideologia zootécnica* (PORCHER, 2011). Nos termos de Heidegger, poderíamos dizer: o apelo zootécnico. Tal apelo é o subconjunto, aplicado aos animais, do conjunto maior, que é *Gestell*. Esta subordinação está marcada pelo prefixo “zoo” em *zoo-tecnia*. Afinal de contas, a zootecnia é uma técnica, ou um conjunto de técnicas. Logo, possui a assinatura do apelo que lhe é essencial.

Cabe aqui uma última consideração sobre a própria noção de “essência”, tal como empregada por Heidegger em seu ensaio sobre a técnica. O termo *Wesen*, que se traduz com justeza para o português como “essência”, comporta, na língua alemã, também o significado de *vigência*, no sentido de duração<sup>10</sup>. Assim, quando se fala em alemão sobre os *Hauswesen* ou os *Staatswesen*, estamos falando sobre os afazeres da casa ou do Estado, isto é “à maneira em que casa e Estado são e deixam ser o que são, isto é, se administram, se realizam e se desfazem” (HEIDEGGER, [1953]2008, p. 33). Neste sentido, a *Gestell* como essência da técnica se aproxima de uma verdadeira *economia* da técnica, ou seja, a maneira com a qual é deixada vigorar e é administrada, desenvolvida, naquilo que é.

Ora, segundo Agamben, o termo *Gestell* “corresponde de maneira perfeita (...) ao termo latino *dispositio*, que traduz o grego *oikonomia*” (AGAMBEN, 2011, p. 274). No limite, portanto, não é apenas de uma economia – no sentido de produção e distribuição de bens e

serviços – que estamos falando (o setor agropecuário, a pecuária de corte), mas também de uma economia em sentido agambeano<sup>11</sup>, isto é, um dispositivo de governo integral da realidade, aplicado, neste caso específico, aos animais. Para este autor (AGAMBEN, 2011), o governo pensado como *oikonomia* é um tipo tal de administração, que até mesmo os efeitos colaterais do processo são capturados em prol da lógica que o subjaz. Aplicando a ideia à categoria de manejo racional, percebe-se o quanto ela poderia ser compreendida neste sentido: a captura e otimização das reações imprevisíveis dos animais ao contexto que os cerca; a transformação do risco em oportunidade de mercado (BECK, 1986), a partir do *marketing* da sua mitigação.

Isto porque, apesar de todas as iniciativas de racionalização da produção animal, as reses de corte continuam sendo organismos vivos, vulneráveis a todo tipo de adversidade sanitária e ambiental. Eventos críticos como os embargos estrangeiros à carne nacional, as recorrentes suspeitas de febre aftosa, e, mais recentemente, também de Vaca Louca (Encefalopatia Espongiforme Bovina, EEB)<sup>12</sup>, contribuem para a configuração de um estado de emergência sanitário-zootécnico permanente, que serve de justificativa para o enquadramento<sup>13</sup> cada vez mais exaustivo do criatório bovino nacional de acordo com as categorias dos especialistas. Sob esta perspectiva, nota-se que um dos principais vetores de enquadramento do rebanho brasileiro são os protocolos e parâmetros de bem-estar e sanidade emitidos pela poderosa Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), sediada em Paris. A recente inserção global do Brasil como potência da proteína vermelha – só em 2012 foram exportadas 944.556 toneladas de carne *in natura* (ABIEC, 2013) – têm ampliado os apelos internos pela adoção à risca destes protocolos, que se impõem, até mesmo na legislação, como verdadeiras razões de Estado.

## Considerações finais

Ao longo deste artigo, procurei pensar a relação da contemporânea pecuária de corte com o gado sob o ponto de vista de uma crítica da técnica moderna, informada pelo pensamento de Heidegger. Neste registro, pude descrever a zootecnia como um subconjunto da técnica moderna, e, portanto, como uma forma específica de tornar disponível aquilo que há na natureza a partir de um determinado apelo [*Anspruch*] de exploração. Esta natureza – somatório genérico da alteridade não-humana – é apreendida como um grande reservatório energético pela técnica moderna, o qual cumpre ser disponibilizado a partir do desentranhamento da sua energia constituinte. No caso dos animais da pecuária, o reservatório energético é subsumido pela figura da ruminância, capaz de transformar matéria seca (pasto, ração) em carne e mil outras substâncias humanamente aproveitáveis.

Ato contínuo, ao evocar a antropologia de Ingold (2000, 2007), tentei demonstrar que a disponibilização zootécnica dos animais de corte não é a única e tampouco a mais generalizada forma de aproveitamento humano dos “milagres da ruminância”. Ao contrário, seu aparecimento é bastante recente na história das relações humano-animais, e respeita uma lógica de substituição, no ocidente, do engajamento *peçoal* nestas mesmas relações por um engajamento progressivamente *mecânico*. Em consonância com esta visão, Porcher (2011) argumenta que o imperdoável lastro da zootecnia industrial teria sido a redução dos animais, no decorrer dos últimos dois séculos, da condição de *parceiros* a de *instrumentos* de trabalho<sup>14</sup>. Aproximando-me agora do final deste artigo, creio ser importante ressaltar que o processo de disponibilização mecânica dos corpos animais, embora hegemônico, não chega a ser totalizante. Como na imagem do “fantasma da máqui-

na”, a irreduzível “animalidade” dos animais é o incontornável resíduo subjetivo da prática zootécnica que impossibilita a completa reificação dos bichos. Ou, nas palavras de Comte, sua transformação em laboratórios nos quais se processam as substâncias de que necessitamos.

Isto porque, como bem revelam autores como Porcher (2011) e Wilkie (2010) em suas etnografias, não é o caso de que pequenos produtores, acostumados à lida artesanal e subjetiva com os animais, adotem com entusiasmo e bom grado os preceitos normativos oriundos da zootecnia ortodoxa, informada pelo discurso científico-laboratorial. Mesmo entre grandes produtores, o fato de um dos palestrantes da FEICORTE, anteriormente citado, ter argumentado, em sua comunicação, que “todos nós gostamos de vaca, boi... Mas o que importa é a lucratividade” dá o que pensar. Assim, se é inegável reconhecer que impera na contemporânea criação animal uma ideologia zootécnica cada vez mais acentuada de aproveitamento energético, há de se pensar até que ponto esta tendência homogênea não é modulada por pequenos desvios e resistências, localmente situados.

A partir destas resistências e desvios, bem como da crescente consciência e consternação do grande público em relação à caixa-preta do sistema-carne, cumpre pensar: que outras maneiras de lidar com os animais, para além do seu enquadramento zootécnico, nos seriam reivindicadas [*anspricht*] pelos próprios bichos, em sua faina cotidiana conosco? Ao mesmo tempo em que rejeitamos a reificação dos animais de corte, devemos automaticamente renunciar a milênios de trabalho conjunto e mútua domesticação? O que seria possível reter da milenar convivência entre grandes herbívoros e povos pastores enquanto prática domesticatória e ética ambiental? Talvez caiba a uma futura etnografia multiespecífica (KIRKSEY e HELMREICH, 2010) responder estas questões.

## Notas

1. Trata-se de um texto próprio da fase denominada como “a virada” (ou “viravolta”) [*Kehre*] do pensamento de Heidegger. O abandono da analítica existencial, representada pelo não-aparecimento das seções faltantes de *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 2006[1927]), representa, no pensamento de Heidegger, uma abertura mais específica para a questão da linguagem, da poesia e da técnica, que marca toda sua produção tardia. A este respeito, ver Figal (2007) e Stein (2011).
2. Ver Sordi (2013).
3. Pela “perspectiva do habitar” [*dwelling perspective*], Ingold compreende “a perspectiva que trata da imersão do organismo-pessoa em um ambiente ou mundo vivo como uma condição inescapável da existência. Desde esta perspectiva, o mundo continuamente vem a ser ao redor daquele que o habita, e seus constituintes múltiplos ganham significado através da sua incorporação em um padrão regular da atividade vital” (INGOLD, 2000, p. 153). Esta perspectiva é manifestadamente influenciada pelo Heidegger tardio, para quem a questão do habitar é um ponto de reflexão central. Sobre isto ver Heidegger ([1951a]2008, [1951b]2008).
4. Ao todo, são 50.000m<sup>2</sup> de área que, além da FEICORTE, também sediam a FEILEITE (da cadeia do leite) e a FEINCO (caprinos e ovinos). As três exposições são organizadas pela empresa Agrocentro. Em 2011, primeiro ano que a visitei, na sua 17<sup>a</sup> edição, a FEICORTE contou com mais de 4.000 animais, de 20 raças bovinas, caprinas e ovinas. O público afluyente foi de mais ou menos 25 mil pessoas nos cinco dias de feira (13-17/06), superando os números do ano anterior. No segundo ano em que a visitei (2012), os números prosseguiram impressionantes: 30 mil visitantes; 22 raças de bovinos, ovinos, caprinos e equinos; 14 leilões e julgamentos de 13 destas 22 raças; negociações na casa dos milhões de reais; centenas de reses comercializadas; um sem número de palestras e *workshops* realizados.
5. Verifica-se, contemporaneamente, a emergência da categoria “agro” como uma espécie de positividade simbólica para a atividade rural empresarial no Brasil. Iniciativas multissetoriais como a campanha publicitária “*Sou Agro*”, lançada em 2011 pela Conferência Nacional da Agricultura (CNA) e outros agentes da produção primária, são atualizações desta intenção.
6. Ainda que o Caminho do Boi seja inspirado por uma lógica em perspectiva, isto é, de colocar-se no lugar do animal, é muito significativo que, na hora do abate, as posições originais do humano e do animal são subitamente retomadas: o tronco de contenção onde o animal é introduzido para ser abatido é visto desde cima pelo visitante, que é convidado a operar o conjunto de manivelas que dispara, desde longe, o golpe mortal. Paradoxalmente, é justamente na hora mais importante da experiência de se colocar no lugar do boi que a experiência acaba. Colocar-se no lugar da morte do outro, neste sentido, talvez se imponha como o limite máximo tolerável da empatia.
7. Alguns americanistas como Fausto (2001, 2002) traçam objeções a Ingold no sentido de que nem toda sociedade caçadora-coletora estabelece círculos de dívida com as suas presas. Ao menos para alguns povos das terras baixas amazônicas, a caça é compreendida de maneira agonística, e não recíproca. Incide sobre a questão, igualmente, os modelos de identificação e relação propostos por Descola (2005): se ambos os contextos cosmológicos poderiam ser classificados como “animistas” por sua ontologia, é bem provável que os caçadores-coletores da franja ártica representem algum tipo de animismo recíproco, enquanto os povos das terras baixas amazônicas um animismo predador.
8. Ingold faz uso do termo “escravo” porque defende que o modo de engajamento das sociedades pastoris se reflete, muitas vezes, na presença da escravidão humana nestas mesmas sociedades. Os povos da bacia mediterrânea e do Oriente Médio seriam exemplos desta dinâmica. Tal posição encontra ecos distantes nas considerações de Haudricourt (1962) sobre a relação entre dominação pastoril, dominação política e metáforas navais-pastoris no mundo antigo para se referir à esfera política.
9. Posto isso, é necessário reconhecer que Heidegger talvez não fosse tão simpático assim à questão dos animais. É famosa a passagem dos seus *Conceitos Fundamentais da Metafísica* (1929/30) na qual atribui ao animal o estatuto de “pobre de mundo” [*Weltarm*]. No contexto da crítica da técnica, os animais parecem estar contidos no escopo geral do mundo natural capturado pela disponibilidade, sem exatamente maiores consternações sobre a subjetividade dos mesmos. A respeito deste ponto, ver Rodrigues (2009).
10. Em verdade, é o próprio sentido de “essência” como “vigência”, “presença”, que Heidegger visa restituir em vários momentos do seu pensamento filosófico. Em *Ser e Tempo* (intr., §76), por exemplo, o autor visa resgatar a dimensão presentativa inerente ao conceito de *ousia* (substância, essência), relacionado ao de *parousia* (presença [*Anwesenheit*]) no pensamento helênico

- (HEIDEGGER, [1927]2008). O ocultamento do ser no pensamento ocidental, neste sentido, é trabalhado por Heidegger como a história do enfraquecimento do seu sentido presentativo original, dissolvido pela metafísica na determinação de seu aspecto ôntico.
11. Refiro-me aqui às conclusões do autor em *O reino e a glória* (AGAMBEN, 2011). Neste estudo, Agamben procura estender a arqueologia da governamentalidade moderna foucaultiana até o cristianismo primitivo, quando da formulação, ainda no século II, da chamada “teologia econômica”, destinada a compreender como Deus governa o mundo criado. O autor logra demonstrar a íntima vinculação ainda hoje existente entre governamentalidade e economia, ambos calcados num paradigma gerencial.
  12. Em dezembro de 2012, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) publicou uma notificação informando o primeiro caso autóctone de EEB no Brasil. Tratava-se de uma vaca de treze anos falecida ainda em 2010 na localidade de Sertanópolis, Paraná. Após muitas controvérsias científicas e diplomáticas (embargos), a organização decidiu manter o *status* de zona livre de EEB para o Brasil, já que o parecer da sua comissão científica classificou o caso como “atípico”. Mesmo assim, o amplo espaço de tempo entre a morte da vaca (dezembro de 2010) e a confirmação da doença pelo laboratório de referência da OIE (dezembro de 2012) não passou incólume, e resultou em uma reprimenda formal da organização ao sistema de vigilância sanitária do Brasil.
  13. “Enquadramento” também é um dos sentidos possíveis do termo *Gestell*. É desta maneira [*Enframing*] que o termo é traduzido na versão inglesa de William Lovitt. Ver Heidegger (1997).
  14. Porcher (2011) visa desenvolver uma interpretação sobre as relações entre humanos e animais de produção a partir de um paradigma não-utilitarista, isto é, uma interpretação calcada na tradição maussiana do paradigma do dom. Neste sentido, a autora também rejeita o discurso mais bem estabelecido no campo dos direitos dos animais, informado por autores anglo-saxônicos como Peter Singer e David Pearce. Para a autora, embora estes discursos se voltem contra a exploração zootécnica dos animais, não deixam de se orientar por um cálculo utilitarista, próprio da tradição filosófica britânica.
- <[http://www.abiec.com.br/download/relatorioexportacao2012\\_jan\\_dez.pdf](http://www.abiec.com.br/download/relatorioexportacao2012_jan_dez.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória*. Uma genealogia teológica da economia e do governo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BADIOU, Alain. *São Paulo*. A invenção do universalismo. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARETTA, Silvio R. Duncan; MARKOFF, John. “Civilization and Barbarism: Cattle Frontiers in Latin America”. In: *Comparative Studies in Society and History*, vol. 20, n. 4, out. 1978, pp. 587-620.
- BECK, Ulrich. *Risikogesellschaft*. Auf dem Weg in eine andere Moderne. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp, 1986.
- BENVENISTE, Émile. *O Vocabulário das instituições indo-europeias*. (vol. 1 Economia, Parentesco, Sociedade). Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben*. Uma arqueologia da potência. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. “Ethnography on an awkward scale: postcolonial anthropology and the violence of abstraction”. In: *Ethnography*, v. 4(2), 2003, p. 148-179.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico*. A expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DESCOLA, Philippe. *Par-delà Nature et Culture*. Paris: Gallimard, 2005.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FAUSTO, Carlos. *Inimigos fiéis*: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia”. In: *Mana*, vol.8, n. 2, 2002.
- FEIJÓ, G.L.; EUCLIDES FILHO, K.; EUCLIDES, V.; FIGUEIREDO, J.R. “Avaliação das Carcaças de Novilhos F1 Angus-Nelore em Pastagens de *Brachiaria decumbens* Submetidos a Diferentes Regimes Alimentares”. In: *Revista Brasileira de Zootecnia*, 30(1), 2001, p. 1015-1020.
- FIGAL, Günter. *Heidegger zur Einführung*. Hamburg: Junius, 2007.
- FRASER, David. *Compreendendo o bem-estar animal*. A ciência no seu contexto cultural. Londrina: Eduel, 2012.

## Referências bibliográficas

ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne). “Exportações brasileiras de carne bovina, janeiro – dezembro 2012”, 2013. Disponível em:

- HAUDRICOURT, André-Georges. "Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui". In.: *L'Homme*, tome 2, n. 1, 1962, p. 40-50.
- HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemayer Verlag, 2006.
- \_\_\_\_\_. "A questão da técnica" [1953]. In: \_\_\_\_\_. *Ensaaios e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 11-38.
- \_\_\_\_\_. "Construir, habitar, pensar" [1951a]. In: \_\_\_\_\_. *Ensaaios e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 11-38.
- \_\_\_\_\_. "... poeticamente, o homem habita..." [1951b]. In: \_\_\_\_\_. *Ensaaios e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 11-38.
- \_\_\_\_\_. *The essence of truth* [1943]. London, New York: Continuum, 2002.
- \_\_\_\_\_. *The question concerning thecnology and other essays*. New York, London: Garland Publishing, 1977.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the environment*. Essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Hunters. Pastoralists and Ranchers*. Reindeer economies and their transformations. New York: Cambridge University Press, 2007.
- KIRKSEY, S. Eben. HELMREICH, Stefan. "The emergence of multispecies ethnography". In: *Cultural Anthropology*, v. 4, n. 5, nov. 2010. p. 546-576.
- LEAL, Natacha. "Touros de genética, touros de genealogia: controvérsias da pecuária brasileira". In: *Periféria: revista de pesquisa e formação em antropologia*, n. 15, dez., 2011, p. 1-20.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "A lição de sabedoria das vacas loucas". In: *Estudos Avançados*. Vol. 23, n. 67, São Paulo, 2009, p. 211-216.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas do mundo*. Do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.
- MITCHELL, Les. "Animals and the Discourse of Farming in Southeastern Africa". In: *Animals and Society*, 14(1), 2006.
- \_\_\_\_\_. "Moral Disengagement and Support for non-human Farming". In: *Animals and Society*, 19, 2011.
- PERRY, T.W. *Beef cattle and nutrition* (Animal feeding and nutrition: A series of Monographs). New York: Academic Press, 1980.
- PORCHER, Jocelyne. *Vivre avec les animaux: une utopie pour le XXIe siècle*. Paris: La Découverte/ M.A.U.S.S., 2011.
- RODRIGUES, Fernando. "No limiar do mundo: a posição de Heidegger sobre a diferença entre animais e humanos". In: *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 14, jun.-dez., 2009, P. 31-53.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- SINGER, Peter. *Libertação Animal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SORDI, Caetano. *De Carcaças e Máquinas de Quatro Estômagos*. Estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. (Dissertação) Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- STEIN, Ernildo. *Introdução ao Pensamento de Heidegger*. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.
- WILKIE, Rohda. *Livestock/Deadstock: working with farm animals from birth to slaughter*. Temple University Press, 2010.

autor

**Caetano Sordi**

Doutorando em Antropologia Social / UFRGS

*Recebido em 06/03/2013*

*Aceito para publicação em 28/11/2013*